

Feministas e patroas: revisitando o debate sobre trabalho doméstico remunerado

Feminists and employers: revisiting the debate on paid domestic work

Thays Almeida Monticelli

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar como o movimento feminista, durante as décadas de 1970 e 1980, produziu reflexões, articulações, discursos e estratégias políticas relacionadas ao trabalho doméstico remunerado. Por meio da análise de conteúdo realizada nos periódicos *Nós Mulheres*, *Mulherio* e *Brasil Mulher*, percebe-se consistente publicação sobre o tema, trazendo novas percepções e questionamentos sobre as ações políticas do movimento feminista no país. A “incoerência” política, assinalada muitas vezes pelo fato de suas militantes serem igualmente “patroas”, não reflete na invisibilidade sobre esse tema, tampouco em termos de autocrítica. Esse artigo traz que o anseio de tentar estabelecer uma luta conjunta foi permeado por contrapontos, contradições e desconfianças entre feministas e trabalhadoras domésticas remuneradas, nos apresentando possíveis limites às ambições políticas feministas.

Palavras-chave: Feminismo, Trabalho Doméstico Remunerado, Imprensa Feminista Alternativa, Movimento de Mulheres.

Recebido em 21 de junho de 2020.
Avaliador A: 20 de julho de 2020.
Avaliador B: 10 de agosto de 2020.
Aceito em 21 de agosto de 2021.



ABSTRACT

This article examines how the feminist movement, during the 1970s and 1980s, produced reflections, connections, discourses, and political strategies related to paid domestic work. Through content analysis on the journals *Nós Mulheres*, *Mulherio*, and *Brasil Mulher*, we notice a consistent mention of the topic, bringing new perceptions and questioning the political actions of the feminist movement in the country. The political “inconsistency”, often highlighted by the fact that its activists are also “employers”, does not reflect on the invisibility on this topic or in self-criticism. This article shows that the aim to establish a common struggle was permeated by counterpoints, contradictions, and mistrust between feminists and paid domestic workers, showing possible limits to the feminist political ambitions.

Keywords: Feminism, Paid Domestic Work, Feminist Alternative Press, Women’s movement.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse artigo é analisar e revisitar como o movimento feminista, durante as décadas de 1970 e 1980, produziu reflexões, articulações, discursos e estratégias políticas relacionadas ao trabalho doméstico remunerado¹. Para isso, foram selecionados três jornais, que se autodeclaravam feministas, publicados nesse período: *Nós Mulheres* (1976-1978), *Brasil Mulher* (1975-1980) e *Mulherio* (1981-1988). Esses jornais são considerados os precursores e os mais emblemáticos em termos de produção feminista entre a “imprensa nanica”, tornando-se documentos da trajetória do feminismo, das mulheres militantes e de suas pautas e estratégias políticas (CARDOSO, 2004; TELES; LEITE, 2013). De tal modo, esse artigo busca trazer novos pontos interpretativos para o campo de estudos feministas e de gênero, assim como novas interrogações sobre o movimento feminista brasileiro e suas possíveis contradições e limites.

É importante lembrar que o trabalho doméstico remunerado foi apontado como uma das

¹ Essa pesquisa foi realizada com o financiamento do CNPq, com bolsa de pós-doutorado júnior, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, supervisionada pela Profa. Titular Bila Sorj. Gostaria de agradecer todos os comentários realizados no II Encontro Fluminense de Núcleos de Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Feminismos nas Ciências Sociais/2019, onde uma primeira versão dessa pesquisa foi apresentada. Agradeço às/aos pareceristas *ad hoc* da Revista Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia.

grandes questões para o feminismo nesse período, considerando sua base socialista e uma luta que foi, por vezes, compreendida como situada para mulheres brancas e de classe média (SARTI, 1998). A formação do movimento feminista brasileiro, durante a década de 1970 e 1980, se concretizou em um contexto político desafiador, entre o desenvolvimento de suas bandeiras e a resistência à ditadura, se fortalecendo principalmente no período pós luta armada e caracterizando-se como um feminismo de esquerda, que a todo tempo articulava as desigualdades de gênero e classe, tendo como base os paradigmas marxistas e de cunho socialista (PINTO, 2003). Ressalta-se também, que muitas de suas militantes tiveram contato com teorias e com o movimento feminista em países como França e Estados Unidos, por exemplo; além de estarem inseridas em círculos universitários e culturais que as caracterizavam como “feministas burguesas” (ABREU, 2013).

Ao serem apontadas como “elitizadas”, surgia um contraponto complexo frente às suas bases ideológicas, fazendo com que determinadas estratégias políticas idealizadas para a libertação das mulheres logo fossem apontadas como incoerentes pelos seus limites de classe. A luta e o investimento para que as mulheres adentrassem o mercado de trabalho foi compreendida como um processo de libertação específico das mulheres de camadas médias, que se viam “apriionadas” no âmbito doméstico e na dependência econômica do casamento tradicional.

O trabalho para as mulheres das periferias e de classes mais baixas não era designado em termos de escolha e libertação, mas sim uma condição para sua subsistência (BAIROS, 2008). Para além disso, a acentuada desigualdade em relação a divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres, somada às insuficientes e precárias políticas públicas relacionadas às creches, fazia com que o “trabalho fora de casa” estivesse atrelado à contratação de uma trabalhadora doméstica remunerada (SORJ, 2014). E era, justamente, essa contratação que legitimava algumas críticas relacionadas ao feminismo no período: feministas e socialistas, mas que exploravam outra mulher por meio do trabalho doméstico remunerado.

Se examinássemos aquela fase inicial do Movimento Feminista, ao final dos anos 70, quando o Movimento Negro crescia em todo o Brasil, encontraríamos questões que seriam estranhas, fora do lugar, na cabeça da mulher negra. Fala-se da necessidade da mulher trabalhar fora de casa como forma de facilitar o seu processo de libertação; por outro lado, historicamente, a mulher negra sempre esteve associada ao trabalho para sua sobrevivência e a sobrevivência do grupo familiar. Fala-se da escravidão das tarefas domésticas que fecham a mulher em geral num mundo estreito, mas a mulher negra, sem maior motivo de espanto por parte de quem elabora esses discursos, é a empregada doméstica, desrespeitada e mal remunerada por excelência. (BAIROS, 2008, p. 141).

Como visto, essa crítica surge, sobretudo, do movimento de mulheres negras². De acordo com Cidinha da Silva (2018), a própria palavra “feminismo” ressoava uma conotação elitizada e europeizada, causando um “estranhamento” e trazendo um questionamento do alcance político do feminismo. O movimento de mulheres negras argumentava que existia uma divisão racial do trabalho para além de uma divisão sexual do trabalho, do qual elas vivenciavam um processo de desigualdade ainda mais profundo (NASCIMENTO, 1976; GONZALEZ, 1983). Contudo, o contexto político dos anos 1970 e 1980 se caracterizava pela efervescência dos movimentos sociais, sindicais, organizações de bairro, grupos ligados à Igreja Católica que realizavam uma luta conjunta contra a Ditadura Militar (COSTA, 2008). Destaca-se nesse momento a movimentação política de trabalhadoras domésticas remuneradas, criando o Conselho Nacional de Trabalhadoras Domésticas em 1985, que se consolidava em diversos espaços de comunhão política resistentes ao período ditatorial (BERNADINO COSTA, 2015).

Assim, existe uma complexidade ao tratar o tema, pois se temos por um lado os limites das pautas políticas advindas de trabalhadoras domésticas remuneradas e da posição de empregadoras de suas militantes; temos, igualmente, por outro lado a intensa movimentação de diálogos e discussões entre os movimentos de mulheres e o movimento feminista (CARNEIRO, 2019), além da confluência dos paradigmas de classe e gênero (TELES; LEITE, 2013). A conexão com pautas políticas de mulheres que não pertenciam à classe média é, inclusive, relatada como uma das preocupações do feminismo naquele momento (RAGO, 1996).

Assim, parte-se do entendimento nesse artigo de que existia um espaço em que o debate e as tensões sobre as desigualdades relativas ao trabalho doméstico remunerado eram estabelecidas, principalmente por meio da interlocução e embates entre os movimentos de mulheres e o movimento feminista (PEREIRA DE MELO, 1999; SILVA; WOLFF, 2019). Esse espaço pode ter propiciado tanto um processo de reflexão da construção política do próprio movimento quanto tentativas de criar estratégias de luta conjunta.

Por meio da análise de conteúdo dos periódicos feministas selecionados, foi possível visualizar uma consistente reflexão sobre o tema, demonstrada por meio de entrevistas, reportagens sobre a condição de vida e de trabalho, trazendo relatos e notas sobre as conquistas das organizações políticas da categoria e mostrando algumas ações conjuntas com essas trabalhadoras. Ao mesmo tempo, podemos destacar que esses jornais contavam com a publicação

² É importante assinalar que muitas mulheres negras organizadas naquele período não se autodenominavam feministas. Nesse sentido, o artigo usa o termo “movimento de mulheres negras organizadas”, destinando esse para as mulheres negras que se articulavam em diversos movimentos sociais (cf. SILVA, 2018; CARNEIRO, 2018).

de mulheres negras organizadas politicamente nos diversos movimentos sociais, colocando o debate sobre a universalização da categoria mulher e a incoerência política de algumas militantes nesses mesmos jornais. Isso exprime as diversas posições, debates e reflexões articuladas naquele momento.

Para além dessa introdução, o artigo conta com a apresentação desses periódicos, sua estrutura e por onde possivelmente eram circulados, segue com a análise do conteúdo dessas revistas em relação ao trabalho doméstico remunerado e, posteriormente, como essas demandas foram pensadas no processo de institucionalização do feminismo no país.

NÓS MULHERES, BRASIL MULHER E MULHERIO

A “imprensa alternativa” foi definida pelo seu potencial de resistência durante a Ditadura Militar, quando grupos de esquerda encontravam uma forma de articular reflexões e opiniões que não passassem pelas censuras na grande imprensa (KUCINSK, 1991). Essas publicações se apresentavam como um importante aparato de informações, difusões e fortalecimentos ideológicos (LEITE, 2003). A imprensa feminista alternativa também surge nesse contexto, em meados da década de 1970, quando a oposição buscava novas formas de luta com o fim da guerrilha armada no Brasil. As articuladoras e editoras desses periódicos também foram militantes, algumas se inseriram na luta clandestina, foram presas, torturadas e exiladas (LEITE; TELES, 2013).

O jornal *Nós Mulheres* foi criado pelas exiladas em Paris, que já tinham passado por grupos como a Vanguarda Popular Revolucionária, Vanguarda Armada Revolucionária Palmares e o Partido Comunista Brasileiro (LEITE, 2003). O objetivo do *Nós Mulheres* era criar um canal de comunicação em que pudessem discutir, especificamente, os problemas e a situação das mulheres no país (CARDOSO, 2004; FREITAS, 2017). Publicado pela Associação de Mulheres em São Paulo, a sua tiragem nunca foi divulgada, mas sabe-se que o *Nós Mulheres* não era institucionalizado, era feito de forma artesanal e comercializado principalmente “mão a mão”. Sua divulgação e consumo eram feitos em ambientes frequentados pelos movimentos sociais, em meio as organizações políticas partidárias e vendida em algumas bancas de jornal (LEITE, 2003).

Os espaços em que esse periódico era compartilhado refletiam, conseqüentemente, nas

suas possíveis leitoras, ou seja, mulheres que estavam nas organizações de esquerda, dentro das universidades, no meio artístico e de produções culturais, que pertenciam à classe média e à classe média alta. Ressalta-se entre suas apoiadoras a atriz Ruth Escobar e a cantora Elis Regina, que foram financiadoras dos dois primeiros números do jornal.

Apesar de ter um núcleo editorial “elitizado”, uma das principais preocupações do *Nós Mulheres* era justamente reportar as diferenças e as desigualdades que as mulheres viviam. O próprio nome do periódico foi escolhido a partir de uma ideia mais inclusiva, afetiva, plural, que demonstrava à leitora uma relação intimista sobre as questões levantadas em seu conteúdo e as aproximassem na luta, como determinado no editorial de seu primeiro número: “Nós Mulheres decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir a nossa situação e nossos problemas. E também, para pensarmos juntas, nas soluções” (NÓS MULHERES, 1976, nº 1, p. 1).

A insistência em visibilizar as questões de classe foi explicitada nos 8 números publicados entre os anos de 1976 e 1978. Esse posicionamento causava até mesmo uma tensão entre suas leitoras que, por vezes, escreviam para o jornal assinalando a opressão machista comum a todas, fazendo com que o *Nós Mulheres* reafirmasse a cada edição suas convicções em relação às questões do trabalho.

Esse posicionamento tão rígido era estabelecido também pelas críticas que endereçavam ao *Brasil Mulher*. As exiladas em Paris mantinham diálogo com as militantes brasileiras, que nem sempre se estabeleceu de forma harmoniosa (LEITE, 2003). O *Brasil Mulher* inicialmente não tinha uma linha editorial assumidamente feminista, o que ocasionava diversas divergências entre suas próprias fundadoras – principalmente entre Terezinha Zerbini e Joana Lopes –, dificultando enormemente a formulação política do feminismo no periódico (DEBÉRTOLIS, 2002; LEITE; TELES, 2013). Aos poucos, entre rompimentos e associações, o *Brasil Mulher* consegue vincular um grupo de feministas de vários estados brasileiros, constituindo seu propósito de luta (MORAES, 1990; TAMIÃO, 2009).

O *Brasil Mulher* foi fundado por militantes que estavam no país, em organizações como o Partido Comunista do Brasil, Ação Popular Marxista Leninista e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro. O jornal foi publicado entre os anos de 1975 a 1980, pela Sociedade Brasil Mulher (LEITE, 2003). Ao todo foram lançadas 17 edições, com uma tiragem média de 5 mil exemplares, sua distribuição ocorreu em âmbito nacional (TELES; LEITE, 2013). De forma similar ao *Nós Mulheres*, as leitoras e consumidoras desse periódico estavam nos círculos de esquerda, de classe média e de classe média alta. Joana Lopes, inclusive, comemorava o sucesso do número zero do *Brasil Mulher*, que se esgotou no “Encontro para o Diagnóstico da

Mulher Paulista”, durante o Plenarinho da Câmara Municipal de São Paulo (DEBÉRTOLIS, 2002; TELES; LEITE, 2013).

Assim, por mais que houvesse divergências entre suas editoras, percebe-se que *Nós Mulheres e Brasil Mulher* mantinham o mesmo propósito de publicação, estavam dialogando com diversos movimentos de mulheres, além de compartilharem do desejo de criar um meio de comunicação feminista, sem perder a luta de classes de seus horizontes (PAPADIUK; SCHMITT; WOITOWISZ, 2019). Ao compartilharem o mesmo escopo político, também “disputavam” a atenção de suas potenciais leitoras.

Já o *Mulherio* é o que mais se diferencia em termos de produção, uma vez que esse periódico era institucionalizado, financiado pela Fundação Ford e articulado entre as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. Essa base institucional possibilitou o número maior de edições, totalizando 39 e 2 Nexos, com tiragem de até 30 mil exemplares. O periódico foi publicado entre 1981 e 1988, tendo como editoras responsáveis Fúlvia Rosemberg (1981-1983) e Inês Castilho (1983-1988). Essas edições eram vendidas em livrarias, bancas de jornal, dentro das universidades, tendo uma distribuição organizada em todo país (TAMIÃO, 2009; FREITAS, 2015).

O Conselho Editorial do *Mulherio* foi formado por pesquisadoras que já tinham carreira estabelecida e faziam pesquisas relacionadas ao tema, situando-as entre a militância e a academia (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985). Podemos citar, por exemplo, Cristina Bruschini, Eva Blay, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Claudia Fonseca como redatoras de artigos, colunas e reportagens ao longo das fases do jornal. Isso demonstra que, diferentemente do *Nós Mulheres* e do *Brasil Mulher*, a escrita textual do *Mulherio* não tinha uma ênfase política partidária, os assuntos abordados no jornal eram elaborados por meio de um posicionamento crítico feminista, oferecendo às leitoras uma informação mais descritiva e analítica, sem apresentar um texto em formatos propriamente científicos.

O seu conteúdo era pautado por notas e boletins sobre as pesquisas realizadas no período, reportagens sobre a precariedade da vida das trabalhadoras, questões em relação a violência doméstica, mulheres na política, tinham seções especiais para a cultura, resenhas de livro e filmes, compondo uma mescla de assuntos e de reflexões sobre as desigualdades que as mulheres, de diferentes classes, viviam. O número 10 de *Mulherio* representa bem essa diversidade, uma vez que Clarisse Lispector e Domitila Chungara³ dividiram o protagonismo da capa, mostrando

3 Domitila Chungara (1937-2012) foi uma importante líder operária boliviana, que esteve à frente da luta dos mineiros em seu país e contra a ditadura nos governos de René Barrientos Ortuño e Hugo Suárez.

o anseio de abordar conjuntamente tópicos considerados intelectualizados e da luta operária.

De tal modo, os jornais selecionados nessa pesquisa nos possibilitam compreender as pautas e estratégias da imprensa feminista brasileira durante a década de 1970 e 1980 – assim como seu caráter fragmentado e cheio de disputas internas (LEITE, 2003) –, acompanhando historicamente como determinados assuntos foram tratados, revistos, incorporados, silenciados nesse período. As questões relativas ao mundo do trabalho, racismo, igualdade de direitos, carestia, direitos reprodutivos, aborto, violência contra as mulheres e uma desconstrução dos estereótipos ligados ao feminino nunca desapareceram do conteúdo dos jornais. Aos poucos, assuntos como eleições, política e constituinte vão se tornando prioritários em determinados números, principalmente do *Mulherio*, sempre conectando estes com a pauta feminista e com as desigualdades que as mulheres sofriam no país.

O trabalho doméstico remunerado não esteve ausente nas publicações desses periódicos, contabilizando aproximadamente 29% do conteúdo geral do *Nós Mulheres*, 18% do *Mulherio*, 10% do *Brasil Mulher*⁴. Na análise realizada, esse conteúdo foi dividido em cinco categorias: 1) editoriais e colunas de opinião, 2) reportagens sobre a condição de vida e de trabalho, 3) entrevistas com trabalhadoras domésticas remuneradas, 4) notas sobre estratégias e movimentos políticos, 5) inclusão do tema trabalho doméstico remunerado correlacionado a outros temas, tais como creche, racismo etc.

Por meio dessas categorias, percebe-se que os pressupostos de igualdade e diferença entre mulheres eram constantes no conteúdo desses jornais, tornando o “conflito” uma pauta consensual. As negociações e inclusões dessas trabalhadoras na luta feminista respaldavam ainda no tensionamento de temas clássicos para o feminismo, como a dicotomia “público e privado”.

UM ENCONTRO POSSÍVEL?

Durante a década de 1970, o trabalho doméstico remunerado ocupava aproximadamente 27% da força de trabalho feminina e 35% da PEA (População Economicamente Ativa); nos anos 1980, esses números giravam em torno de 19% e 30%, respectivamente (PEREIRA DE

⁴ Os números do *Brasil Mulher* não estão disponíveis de forma completa, estando dispersos em diversos acervos. Assim, a análise de que o tema era tratado em aproximadamente 10% de seu conteúdo, diz respeito a 10 de seus 17 números.

MELO, 1999). Essa era a categoria profissional que mais empregava mulheres no país (BRUSCHINI, 1988). Além disso, este trabalho se caracterizava pela marcante precariedade, sendo altamente explorado, mal remunerado, estabelecido com longas jornadas de trabalho e poucas garantias de direitos, empregando majoritariamente mulheres negras (MOTTA, 1977; SAFFIOTTI, 1978). Ressalta-se ainda o caráter de servilidade no qual essa relação empregatícia era pautada (FARIAS, 1983). Sem dúvida, esse cenário se apresentava como um dos maiores desafios ao movimento feminista brasileiro.

Nos jornais analisados, esse desafio aparecia no anseio de equilibrar igualdade e diferença, demonstrando que todas as mulheres estavam sujeitas às violências e desigualdades de gênero, mas que cada uma delas teria uma experiência distinta, considerando outras categorias que as marcavam. Alguns editoriais colocavam essa questão de forma direta, os dois primeiros números do *Nós Mulheres* trazem essa perspectiva de forma explícita:

[...]. NÓS MULHERES somos oprimidas porque somos mulheres. Mas mesmo entre nós existem diferenças. [...] Existem aquelas que não são obrigadas a passar o dia inteiro no trabalho de casa porque têm o dinheiro para contratar alguém que faça este serviço por elas. (NÓS MULHERES, 1976, nº 1, p. 1).

O tema foi tratado nesses periódicos por meio de longas reportagens, descrevendo as profundas desigualdades estruturais no qual o trabalho doméstico remunerado estava pautado. Essas reportagens, normalmente, apresentavam dados estatísticos, frisavam as desigualdades raciais, faziam entrevistas com alguma trabalhadora e ressaltavam a inequidade de direitos trabalhistas para essa categoria profissional. Como exemplo, podemos mencionar o número zero do *Mulherio* (1981), que trouxe em sua primeira matéria a condição de meninas menores de idade, que adentravam ao trabalho doméstico sem remuneração, como “crias da casa”.

Nessa mesma perspectiva, *Nós Mulheres* (1976) traz igualmente no seu primeiro número uma reportagem intitulada “Trabalho na Casa dos Outros” (1976), contando a vida de uma trabalhadora migrante que chegou a morar na mesma casa de seus empregadores, relatando abusos e humilhações, além das dificuldades de conseguir atendimento médico em razão das enfermidades que surgiram em função de seu trabalho.

Foi aí que eu vim para São Paulo, eu ganhava 25 conto e me ofereceram 40. Eu vim trabalhar com uma família. Eu nunca tinha ficado longe da minha família, aqui era tudo diferente. Era uma casa enorme e eu tinha que fazer tudo: lavar, passar, encerrar e ajudar na cozinha. Eu chorava muito, me sentia muito sozinha. Eu achava que ela (a patroa) se aproveitava de mim. [...] Eu não queria continuar com a Dona Maria. Ela não era fácil, nenhuma empregada parava na casa dela. A gente não podia ir nem no portão. Eu era uma prisioneira. (NÓS MULHERES, 1976, nº 1, p. 7).

É importante notar que, ao trazer a narrativa dessas trabalhadoras, esses jornais abrem para uma perspectiva mais minuciosa dessas relações trabalhistas, pois não apresentavam o trabalho doméstico remunerado apenas em uma esfera ampla, colocando-o como mais um trabalho no qual as mulheres estavam sujeitas às desigualdades e precariedades. Esse teor mais intimista, nos provoca a pensar que as negociações e os desafios da relação cotidiana, entre empregadoras e trabalhadoras, eram colocados para as leitoras desses periódicos; ou seja, “patroas e feministas” tinham acesso a uma problematização bem situada da realidade dessa relação empregatícia. A interação cotidiana entre essas duas mulheres foi analisada pelas noções de subserviência e controle nesse contexto (RONCADOR, 2008).

Figura 1. Reportagem sobre a situação das trabalhadoras domésticas remuneradas⁵

trabalho

Domésticas, tentando sair da cozinha

Desde 1973, não houve conquistas trabalhistas para as empregadas domésticas. Muitas procuraram outra profissão socialmente mais valorizada, após enfrentar todo tipo de problema para estudar à noite. Também não houve alteração no preconceito racial que atinge nada menos que 90% da categoria, formada por mulheres negras. Segundo avaliação da presidenta da Associação das Empregadas Domésticas de São Paulo, “as negras continuam trabalhando na cozinha, lugar da casa em que ficam mais escondidas”. De mensalistas, as domésticas tiveram que optar pelo trabalho como diaristas — uma exigência do mercado de trabalho, afetado pela crise econômica —, tendo que abrir mão das conquistas trabalhistas. Enfrentando constantes derrotas numa organização ainda incipiente, as empregadas domésticas descobriram um importante caminho no final desta década, o da participação política.

Pouco lembradas por trabalhadores de outras categorias no encaminhamento de lutas conjuntas, as domésticas começam a reivindicar espaço político. Já podem ser vistas em sindicatos, movimentos negros, associações de bairro, ou na Pastoral Operária. Saíram às ruas por eleições diretas e mantêm representantes na Central Única dos Trabalhadores (CUT), reforçando uma participação em igualdade como força de trabalho feminino. “As reivindicações trabalhistas das domésticas fazem parte de um conjunto de mudanças políticas mais amplas”, admite agora Maria Aparecida.

Aproveitando o início da Nova República e acatando determinação do 5º Congresso Nacional de Empregadas Domésticas⁵, realizado em janeiro, em Olinda, Pernambuco, um grupo de domésticas esteve com as lideranças partidárias em Brasília, no dia 15 de maio, quando entregou anteprojeto de lei propondo mais uma vez o reconhecimento da profissão. As domésticas obtiveram do ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, em audiência no dia 29 de maio, o compromisso de estudar sua situação. Em 23 anos de luta desde a criação da primeira associação, em São Paulo, as poucas conquistas trabalhistas não alteraram o perfil desta trabalhadora que, em geral, não gosta da profissão e, na maioria dos casos, não possui sequer documentação.

Carteira assinada

Pela lei federal nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, regulamentada em 73, os domésticos (caseiro, cozinheiro, faxineiro, jardineiro, babá, governanta ou copeiro) foram incluídos entre os beneficiários da Previdência Social e obtiveram o direito de férias por 20 dias úteis. Contudo, a maioria não desfruta desse direito: O último congresso revelou que, segundo dados das Associações, de cada quatro domésticas contribuintes da Previdência em 1981, esse número caiu para apenas um, em 1984. Uma categoria formada quase só que por mulheres, as domésticas sempre representaram força de trabalho importante ao país. Hoje elas são cerca de 3 milhões de trabalhadoras, ou 20% da mão-de-obra femi-

Uma roupa velha não ilude mais

“A empregada doméstica não é feliz”. Esta constatação é de uma doméstica veterana, Dulce Aguiar, 59 anos, há 40 servindo uma mesma casa em Piracicaba, interior do Estado. Uma das líderes da Associação das Empregadas Domésticas da cidade, Dulce não é pessimista e vê saída para a trabalhadora dos serviços da casa: o reconhecimento da profissão. “Dá desespero na gente chegar ao fim da vida sem uma aposentadoria, assistência médica, família ou canto para ficar. Imagino que esta seria a minha vida se não tivesse lutado pelo meu registro em carteira e de outras companheiras”.

Dulce é negra e diz com convicção que a cor da pele é motivo de discriminação. “Os patrões se aproveitam dos negros e oferecem salários mais baixos”. A questão dos salários também pode ser considerada grave, pois nem sempre há o respeito pelo pagamento do salário mínimo. “No interior, cada um paga o que quer. Por tudo isso lutamos para que a doméstica se conscientize da sua importância e bata o pé pelo salário”, diz. O número de trabalhadoras que abandonam a profissão no interior pode ser considerado grande. Dulce explica que as moradoras da cidade conseguem ascender profissionalmente, através do

estudo. “Mas hoje o quadro no interior está mudando. Os serviços domésticos estão ficando para as nordestinas e o pessoal da região, que chegam sem qualquer preparo e trabalham por qualquer salário.”

Em 40 anos de trabalho, Dulce reconhece que é ilusório afirmar que a doméstica pode ser uma pessoa de família. Para ela, a empregada pensa e age assim, mas os patrões não têm esse sentimento. “Se o empregado fica doente, muitos patrões querem ver ele na rua. Outros acreditam que nos iludem com um riso ou uma roupa velha”. Dulce afirma que, se houvesse amor mesmo, as domésticas seriam incluídas em muitos inventários. E poucos casos são conhecidos.

É fundamental, na sua opinião, que a doméstica se conscientize da sua importância social. Dulce cita como exemplo a possibilidade de paralisação por um dia de todas as domésticas. Haveria um caos no país. “As trabalhadoras cuidam da casa, dos filhos e maridos das patroas. Se elas pararem, milhares de mulheres seriam obrigadas a ficar em casa e isso seria um grande prejuízo ao país”.

Denise Natale



Se pudessem, as empregadas escolheriam outra profissão.

Melhor quando é invisível

“Em pesquisa realizada em cidade do interior de São Paulo, Saffroni (1978) constatou, entre 208 trabalhadoras dessa categoria, níveis salariais extremamente baixos. Através de anônimos examinados, porém, Roland (1981) observa, para o período 61 a 76, um aumento nos salários oferecidos a empregadas com certo nível de qualificação, constatando que estas são superiores àquelas recebidas por outros assalariados do setor de prestação de serviços.

Para as empregadas “cama dentro”, ou seja, aquelas que vivem no local de trabalho, o salário real poderia ser considerado superior,

pois em geral inclui despesas com alimentação e alojamento. No entanto, apenas cerca de um quarto dessas trabalhadoras se encontram nessa situação: em 1980, no Brasil, 33% das empregadas residiam com as famílias com as quais trabalhavam, num total de 776.250; no Estado de São Paulo a porcentagem era ainda inferior, 23,3%, significando que 147.448 domésticas residiam no local de trabalho. (...) Almeida (1982) focaliza o relacionamento entre patroas e empregadas, observando que ele é simultaneamente permeado por relações afetivas e de dominação. Apesar de dependente das empregadas, para a organização de seu cotidiano, as famílias procuram negar sua visibilidade; a empregada doméstica é considerada tanto melhor quanto menos se percebe sua presença.

Constantemente supervisionadas em seu trabalho, reprimidas em sua vida particular, principalmente se vivem no local de trabalho, as empregadas domésticas se vêem em confronto direto com as desigualdades sociais que as separam do empregador. Assim, ainda que seus salários possam ser compensadores, mesmo assim se em grandes centros urbanos e para aquelas que dispõem de alguma qualificação, a grande maioria delas, sem dúvida, preferiria mudar para alternativas ocupacionais mais gratificantes.”

(Mulher e Trabalho — uma avaliação da Década da Mulher, 1975 a 1985, de Cristina Braschini, págs. 43 e 44)

Diferenças salariais entre homens e mulheres (a representação de brancos e negros é aproximada)

Ano	Brancos	Negros
1970	3,3%	1,8%
1983	5,4%	1,4%
1970	22,2%	37,6%
1983	10,3%	23,1%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, vol. 17/2, salário mínimo.

⁵ As imagens usadas nesse artigo referentes ao *Nós Mulheres* e *Mulherio* estão no acervo digital da Biblioteca Ana Maria Poppovic da Fundação Carlos Chagas (FCC). Ao se tratar de um acervo de domínio público, a FCC não se responsabiliza pelo uso indevido da imagem e a opinião da autora não é necessariamente a da instituição.

Fonte: *Mulherio*, nº 21, 1985, p. 22.

Algumas pesquisas publicadas sobre o tema naquele momento assinalavam como essa relação era caracterizada pelas noções de distanciamento e diferenciação. Heleieth Saffioti (1978, p. 177) nos aponta que até mesmo as mulheres que não tinham esses contratos – “patroas potenciais”, em suas palavras –, não admitiriam que a trabalhadora sentasse à mesa nas refeições, exigiriam o uniforme, não deixariam assistir à televisão ao lado da família, conheciam a obrigatoriedade da lei, mas não havia o reconhecimento do trabalho, dariam menos de vinte dias de férias e, de acordo com a autora, manteriam o caráter paternalista que existia nessas relações trabalhistas.

Zaíra Ary Farias (1983) ressaltava o teor de “subordinação-dominação” nesses contratos, analisando-os por meio das declarações, posições de classe e estruturas sociais que vinculariam a trabalhadora de uma forma subordinada naquela relação, mostrando, por exemplo, como a informalidade criava espaços para negociações e “acordos verbais”, inclusive sobre as folgas, deixando com que a “força da palavra” sempre estivesse com as empregadoras.

É importante lembrar que a primeira regulamentação de direitos para as trabalhadoras domésticas remuneradas foi concretizada somente em 1972, no governo do General Emílio Médici. Os direitos trabalhistas conquistados foram: anotação do contrato na carteira de trabalho, previdência social e férias remuneradas de 20 dias úteis a cada um ano de trabalho (BRASIL, 1972). Essa disparidade de direitos trabalhistas foi mencionada, demasiadamente, nos três periódicos, demonstrando o quanto essas trabalhadoras não tinham acesso às proteções legais já garantidas a outros trabalhadores. Essas mesmas reportagens continham sempre entrevistas com os movimentos organizados de trabalhadoras domésticas remuneradas, noticiando as ações e estratégias políticas destas (ver figura 2).

Figura 2. Reivindicações das trabalhadoras domésticas organizadas

Empregadas domésticas fazem reivindicações

A Associação Profissional de Empregados Domésticos de São Paulo elaborou um documento contendo as principais reivindicações trabalhistas da categoria, que foi entregue ao deputado Nelson Carneiro, no dia 12 de agosto, no Congresso Constituinte em Brasília.

Mais de 10 mil assinaturas de apoio às propostas foram obtidas, através de um trabalho de mobilização feito pelas mais de 1.800 associadas da entidade, nos últimos meses. Segundo Imaculada Conceição Gomes, uma das integrantes da Associação, as principais reivindicações baseiam-se na obtenção de um piso salarial, do aviso prévio de trinta dias, do 13º salário, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

(FGTS), da implantação da jornada de trabalho e no cumprimento dos demais direitos previdenciários e trabalhistas incluídos na CLT.

Trabalhando há nove anos na Associação, que completou seus 25 anos de atividades, Imaculada afirma que através da organização, os empregados tiveram um avanço no relacionamento profissional com as donas de casa e a profissão valorizada. No entanto, segundo Imaculada, a luta por melhores condições de trabalho não terminou: "Queremos os mesmos direitos que os outros trabalhadores e vamos fazer pressão para que nossas reivindicações sejam aceitas em Brasília. Estamos, inclusive, planejando realizar um Congresso Estadual da categoria em 89".

Fonte: Mulherio, 1987, nº 35, p. 22.

As tentativas de conjunção entre o movimento feminista e as trabalhadoras domésticas que se organizavam em associações⁶ são visualizadas, por exemplo, na nota sobre a discussão com o senador Gilvan Rocha, a propósito da criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), para investigar os problemas e as discriminações que as mulheres sofriam na sociedade brasileira. De acordo com o jornal, estavam presentes nessa reunião “o Centro de Desenvolvimento da Mulher, os jornais “Nós Mulheres” e “Brasil Mulher”, o movimento feminino do MDB [Movimento Democrático Brasileiro], donas de casa, empregadas domésticas, jornalistas, intelectuais, etc.” (NÓS MULHERES, nº 6, p. 5).

O *Brasil Mulher* (1980) também noticiou o estímulo que a eleição de Heloneida Stuart (PT – Partido dos Trabalhadores), como deputada estadual em 1978, propiciou o fortalecimento de grupos de mulheres das periferias e comunidades – entre eles, o de trabalhadoras domésticas remuneradas – com os movimentos feministas cariocas, tais como Centro da Mulher Brasileira

⁶ Ao longo dos anos, essas associações vão se tornando sindicatos (BERNADINO-COSTA, 2015).

e Sociedade Brasil Mulher.

Os encontros entre o movimento feminista e os movimentos de mulheres, sobretudo os advindos das periferias, e com destaque para as trabalhadoras domésticas remuneradas, era celebrado nas edições relacionadas ao “8 de Março” nos três periódicos analisados: “O Dia Internacional da Mulher, há dois anos praticamente desconhecido no Brasil, este ano aconteceu em vários pontos da cidade, com a participação de mais de mil mulheres-operárias, empregadas domésticas, donas de casa, mães, estudantes, intelectuais” – divulgou o *Nós Mulheres* (1977), em seu editorial nº 5. Eva Blay (2001), relata que o “8 de Março” era o dia em que a unificação desses movimentos, de fato, se concretizava, reunindo essas mulheres também na luta pelo retorno da democracia e na consagração do direito de manifestação pública.

Essa proximidade também foi relatada nos próprios encontros feministas, de acordo com as matérias e notas publicadas por esses jornais. No II Encontro de Grupos Feministas do Nordeste em 1981, que aconteceu em João Pessoa-PB, a pauta defendida foi: “organização do movimento, a violência contra as mulheres, planejamento familiar, aborto, sexualidade e a situação da doméstica”. (MULHERIO, nº 4, p. 6). Da mesma forma, na carta de comemoração do Grupo Feminista 4 de Janeiro (Recife-PE), compartilhada no *Mulherio*, foi contado com entusiasmo que suas participantes tinham encontros semanais para discutir sexualidade e que estavam dialogando diretamente com um grupo de trabalhadoras domésticas organizadas (MULHERIO, 1982, nº 7).

Se esses periódicos nos afirmam que existia uma conjunção do movimento feminista com o movimento político de trabalhadoras domésticas remuneradas, não podemos afirmar que estes se estabeleciam em consensos e acordos totalmente unificados. No icônico IX Encontro Nacional Feminista, que aconteceu em Garanhuns-PE em 1987, caracterizado pela presença massiva de mulheres negras, trabalhadoras, advindas de vários estados brasileiros (SILVA, 2018, as próprias trabalhadoras domésticas organizadas questionavam a sua presença nele, como relatado em uma das páginas do *Mulherio* (1987):

O conflito da junção do movimento feminista com os movimentos populares ficou bem nítido no grupo de empregadas domésticas, que resolveu discutir em um grupo de interesse (voltado para um tema específico) o que elas estavam fazendo em um Encontro Feminista. Para Noêmia Martins (Associação dos Empregados Domésticos de Campina Grande), o feminismo é querer a igualdade. Já Nair Jane (presidente da Associação das Empregadas Domésticas do Rio), preferiu apontar algumas contradições: “Como eu posso aderir a algumas questões feministas, como o aborto, se passei a vida inteira lutando para dar melhores condições de vida ao favelado? Até Lenira de Carvalho (Associação de Domésticas de Recife) e membro da Coordenação Nacional do Encontro tinha suas dúvidas: “Eu não sei bem o que vim fazer aqui, por ser Encontro e não Congresso, nem reivindicação será possível tirar para as trabalhadoras”. (MULHERIO, 1987, nº 33, p. 9).

A histórica parceria entre o movimento feminista e as associações de trabalhadoras domésticas remuneradas se consolidou entre diversas desconfiças das próprias trabalhadoras, principalmente relacionado as estratégias e pautas políticas do feminismo (BERNADINO-COSTA, 2015). Hildete Pereira de Melo (1999, p. 226) traz justamente esse ponto ao narrar as tentativas de alianças entre esses dois grupos na cidade do Rio de Janeiro, por um lado as trabalhadoras domésticas organizadas diziam “eu não acredito que a sua luta e a nossa coincidem”; “eu não consigo compreender as idéias das feministas”. E, por outro lado, grupos feministas disseram: “[...] a recepção de nossas idéias foi tão fria que desistimos de nosso trabalho”.

Nessa mesma lógica, Castro (1992) nos aponta que a luta em relação as noções de “público e privado” se opõe totalmente à perspectiva das trabalhadoras domésticas organizadas politicamente. De acordo com a autora, enquanto as feministas pensam na dissolução da dicotomia por meio do lema “o privado é político”, as trabalhadoras organizadas reivindicavam a separação desses espaços como identificação de classe operária. O público, na função de único espaço político, não refutaria os seus direitos em relação ao privado e a intimidade, além de trazer a delimitação de suas próprias casas (espaço da reprodução), das casas onde trabalhavam (espaço da produção). Além disso, temas como aborto e sexualidade – também tratados nesses periódicos – eram complicados às trabalhadoras domésticas organizadas, que sempre tiveram maior envolvimento com a Igreja Católica no período (CASTRO, 1992; BERNADINO-COSTA, 2015).

A relação de desconfiança também se estabelecia por intermédio das questões raciais, o fato de a maior parte das mulheres que se identificavam como feministas, naquele momento, serem brancas, causava um “estranhamento” para a aproximação política. A complexidade intrínseca entre as desigualdades raciais e de classe faziam mais sentido para essas trabalhadoras do que necessariamente as desigualdades de gênero (CASTRO, 1992).

É importante dizer que os periódicos analisados tinham uma abertura e uma sensibilidade para as questões relacionadas às desigualdades raciais. Sueli Carneiro, em uma entrevista ao *Mulherio* (1985), relata que uma das dificuldades de mobilização política das mulheres negras estava na conjunção da baixa escolaridade e dos trabalhos precários destinados à elas, pois apenas 0,08%⁷ das mulheres negras tinham mais 12 anos de estudo, não sendo privilegiadas pelo aumento da PEA feminina, pois ainda se empregavam majoritariamente como trabalhadoras domésticas remuneradas.

Em uma matéria no mesmo jornal, Dulce Pereira Cardoso (1983) apontava as dificul-

⁷ Esse dado é trazido pela autora no periódico.

dades do movimento feminista brasileiro na integração e formulação de bandeiras feministas populares. A autora afirmava que a luta por equiparação salarial entre homens e mulheres não se pautava na realidade das mulheres brasileiras, uma vez que a maior parte das trabalhadoras estavam inseridas no trabalho rural e no trabalho doméstico remunerado. Esse dado assinalava a impossibilidade da luta por salários iguais, já que a maior porcentagem de mulheres trabalhadoras não tinha condições de reivindicar essa pauta. Cardoso (1983) ainda traça reflexões sobre as críticas endereçadas as trabalhadoras domésticas organizadas e sua apatia pelo feminismo, pois na sua percepção: “o Estado se utiliza muitas vezes da própria militante da luta pela equiparação salarial [...] como instrumento de opressão de amplo segmento, não só da classe trabalhadora, como principalmente da população feminina e, particularmente, negra”. (CARDOSO, 1983, nº 14, p. 8).

É importante lembrar que nesse mesmo período aconteceu o centenário da Lei Áurea (Lei nº 3.353 de 1888), com o processo gradual de reabertura democrática brasileira, fazendo com que diversos setores do movimento negro articulassem debates e estratégias políticas em relação aos desafios para a igualdade racial no país (CARNEIRO, 2018). Assim, muitas páginas desses periódicos se dedicaram a discutir as questões que impactavam a situação da mulher negra, analisando o trabalho doméstico remunerado e as narrativas dessas trabalhadoras pela ótica da desigualdade racial.

Um tópico que estava sempre em pauta nessas discussões, se relacionava ao termo “boa aparência”, que grande parte dos anúncios de trabalho continham, sendo identificado por Lélia Gonzalez (1981), Maria Tereza de Souza (1988) e Lúcia (1977) (trabalhadora doméstica remunerada – ver figura 3), como uma das formas de discriminação veladas do mercado de trabalho – matérias publicadas no *Mulherio*.

Figura 3. Entrevista com duas trabalhadoras domésticas sobre racismo

89 ANOS DEPOIS



As datas foram feitas para ativarem a memória de um povo. Maio é o mês dos trabalhadores, das mães, e da Libertação dos Escravos no Brasil. O tempo passa e se não as tomarmos para nós, essas datas acabam por perder seus significados: o dia dos trabalhadores vira dia do Trabalho, o dia das Mães, pura publicidade para vendas de produtos e a Libertação dos escravos, uma comemoração apática de uma Libertação dividiçosa.

O problema racial brasileiro é delicado, pouco discutido e nem sempre pressuposto a maioria das pessoas. No entanto, durante quatro séculos os negros trazidos da África aqui trabalharam e, como um sapato velho que depois de usado só resta jogar fora, se tornaram mercadoria do senhor branco.

Quer queiram ou não, o escravido faz parte de nosso passado, seja você branco ou preto. Não adianta negá-lo ou simplesmente esquecê-lo no baú. As manias que não nos deixam são atitudes visíveis na atualidade: 89 anos após a Abolição, os negros são grande parte da massa marginalizada. Porque? Existe ou não discriminação racial no Brasil? Quais os problemas que enfrentam os negros no dia-a-dia? Como é sua libertação?

Para discutir essas e outras problemáticas, *Nós Mulheres* cogitou um debate com algumas mulheres negras. Participaram da entrevista: Amélia, 36 anos, jornalista, mãe solteira; Maria de Lurdes, 30 anos, estudante de química, trabalhando em um laboratório, solteira; Lúcia, 21 anos, doméstica, solteira; Lurdes, 25 anos, doméstica, mãe solteira; e Vera, 26 anos, professora, solteira, membro do conselho Editorial de *Nós Mulheres*. Queremos agradecer a Glória Nogueira, Francisco Luciano Pai e Filho, que nos ajudaram neste trabalho.

“QUANDO A GENTE FALA POUCO EM UM ASSUNTO, ACABA ESQUECENDO.”

Nós Mulheres: O que significa para você o 13 de Maio?

Amélia: Uma vez pergentei a minha mãe o que era o 13 de Maio e ela, muito grossa (risos), respondeu: “Disseram que libertaram os escravos, mas não estou sabendo de nada disso...”

Lúcia: Acho um dia importante, só porque é preto não precisa ser escravo. Maria de Lurdes: Na minha casa minha falar—13 de Maio Libertação dos Escravos, mas para mim não tinha nenhum significado.

Lurdes: Na minha infância chamo de dia do Preto Velho.

NM: Vocês acham que a abolição se fez ou não?

Amélia: É claro que houve luta. E como hoje, não se faz nada sem luta. Lúcia: Muitos escravos fugiam, agarravam porque queriam a liberdade, criavam lutas para se defenderem como o capanga.

NM: E quais seriam os verdadeiros heróis da Abolição?

Lúcia: Contando com os escravos?

NM: Claro!

Lúcia: Então os escravos e pelo que dizem a Princesa Isabel. Os outros não lembro: quando a gente fala pouco de um assunto acaba esquecendo.

Amélia: Não é por nada não, mas a Princesa Isabel entrou de figura decorativa. De verdadeiros heróis só podem ser são os escravos que continuamos vivos. Depois da benfidei Lei Áurea, os negros ficaram sem saber o que fazer da vida. Caía um lei para um lado e amia hoje é difícil de tentar três eixos para conversar. Falar do problema racial é a coisa mais difícil desse país.

A lei Áurea ainda está para nascer e por isso o 13 de Maio não significa nada para mim: ninguém sabe porque está aqui, o que é ser preto.

NM: Existe preconceito racial no Brasil?

Lurdes: Existe, a figura do preto não é aceita.

NM: Como assim?

Lúcia: Quando você vai procurar trabalho, para se encontrar no meio do branco e mesmo na raça, tem gente que acha espalho para a pessoa de cor.

Lurdes: Em qualquer lugar te tratam diferente.

Maria de Lurdes: Em Belém, onde nasci, dependendo da classe social você não é preto, é igual. Lá é mais discriminação que aqui. Mas acho que o mais evidente é quando se procura trabalho.

Amélia: É, mas o pior preconceito é o que chama de psicológico. Dependendo do emprego e da atitude que toma, você pode ser aceita. Uma vez fui procurar trabalho de secretária e não queriam me aceitar. Então perguntei: “O Senhor não quer que eu trabalhe porque sou preta?” O homem ficou tão sem graça que me entregou. Só que eu não sabia bater a máquina e ele com medo de ser chamado de racista não se mantinha emborã (risos). Mas o negócio é que mesmo quando se é aceita dá problema e a gente acaba se desanimando do trabalho ou querendo subir na vida, ficar por cima, para se vingar. E aí, é chamado de crioulo de alma branca.

Outra coisa me incomoda muito é uma certa mania das pessoas de tratarem. Você vai a uma festa de brancos e começam as apostrofes: “Bela é Glória, ela é João e esta é a AMÉLIA, estava iludida, é muito inteligente, etc...” No fundo eles querem dizer: “Por favor, acalme a Amélia, ela é séria mas tem cultura, não é uma preta qualquer...”

“QUANDO A GENTE CONVERSAVA NA COZINHA, TINHA DE SER BAIXINHO QUE NEM NO TEMPO DA ESCRAVIDÃO.”

NM: Alguns de vocês já foi discriminada?

Maria de Lurdes: Uma vez me bancaram em um clube de internet.

NM: E voce passou em discriminar? Maria de Lurdes: Não.

NM: Por que?

Maria de Lurdes: E adianta? Eles ainda podiam me chamar de lavadeira (risos).

Amélia: A maioria das pretas não tenta em denunciar, ir a delegacia ou em mostrar que é ilegal a discriminação. Antes de tudo, estarem no Brasil: quando você é roubada pensa em ir à delegacia? Nem sempre resolve o problema.

NM: O que leva à discriminação?

Amélia: Quando aumenta a concorrência entre brancos e pretos no mercado de trabalho, o preconceito vem mais à tona; o negro subalterno não cria muitos problemas para o branco. Quando me dei para cá, me disseram ao Rio: “Você não consegue emprego em São Paulo, lá eles não aceitam negros”. Mas, foi aqui em São Paulo, que vi a primeira reação do grupo contra o racismo.

NM: Quer dizer que quando aumenta a discriminação o preto fica mais consciente?

Amélia: Não sei, mas quando alguém diz que não vai se dar emprego porque você é preto, o problema fica bem claro.

NM: A discriminação seria mais o resultado de uma situação econômica?

Amélia: Não só, o econômico é objetivo, do racial subjetivo.

Lúcia: E, mas se preto não fosse sempre pobre, facilitaria as coisas.

NM: E com a crise econômica e o maior concorrência entre brancos e pretos no mercado de trabalho, a situação vai piorar?

Maria de Lurdes: Bem, a precária econômica vai piorar mais que o problema racial. As pessoas vão se unir em torno do problema econômico.

Amélia: Eu também acho, pois trono

“Ser negro nada mais é que ter todos os problemas do branco só que um pouco aumentados. Ser branca é ser os problemas de mulher mais os do cor.” Amélia



“Amigamente o movimento dos negros era mais combativo, mas com o tempo as coisas foram mudando de figura e da glória de Luís Gama no Largo do Arouche, as comemorações de 13 de Maio passaram para as mãos da Mãe Preta do Largo do Palanqué, uma imagem sentimental e espolvada de negro. Luís Gama sempre lutou pela libertação de seus irmãos e teve grande inspiração em sua mãe, Lúcia Mahia, uma negra africana, comerciante e livre, mas que mesmo assim participou ao lado dos escravos em várias revoltas da Bahia. Hoje em dia porém, quantos sabem quem são esses personagens?” Francisco Luciano, 67 anos, dentista, militante negro brasileiro

Fonte: Nós Mulheres, 1987, nº 5, p. 12.

Antônio Flávio Pierucci (1990), ao analisar os movimentos sociais da esquerda durante a década de 1980, apontava pelo difícil caminho da emergência da “diferença” nos discursos e, principalmente, nas práticas políticas relacionadas às identidades culturais que se fortaleciam naquele momento. De acordo com o autor, a proeminência das “diferenças” é a base política das narrativas conservadoras, a percepção ideológica da direita é de que “homens são diferentes

de mulheres”, ou que “brancos são diferentes de negros”, sustentando a premissa de que cada grupo precisa ser tratado de modo distinto: se as mulheres não são iguais aos homens, consequentemente não devem ser tratadas de maneira igual.

Nesse sentido, Pierucci (1990) alerta que a esquerda, ao trazer o “direito à diferença” para os movimentos sociais, não consegue estabelecer distanciamento das percepções de senso comum formulados pela direita. A esquerda ainda teria um desafio mais complexo, pois a “diferença” não poderia estar desvinculada das noções de “igualdade”, o que torna esse exercício político intelectualizado e elitizado ao ter que refinar e criticar cada um desses conceitos. Assinalar a diferença, com o propósito utópico da igualdade, não deixou com que os movimentos sociais se hierarquizassem. Dentre os movimentos sociais, Pierucci (1990) aponta que o caminho das discussões sobre “igualdade-versus-diferença” foi mais bem trabalhado pelo movimento feminista por meio da “emancipação pela diferença”, mas que nem este deixou de cair em suas possíveis “ciladas” políticas.

Sueli Kofes (2001) aponta que uma das tarefas pelas quais o feminismo se dedicou foi na decomposição analítica dos termos “identidade” e “diferença” como uma forma de distinguir homens e mulheres e, assim, formar seu campo de ação política. Ao dar continuidade a essa decomposição, a autora nos mostra que a perspectiva de “identidade” e “diferença” entre mulheres, na interação do espaço doméstico, faz a “diferença” se tornar uma desigualdade, fazendo com que a “identidade” entre “patroas e trabalhadoras” não se confunda. E esse ponto se torna nevrálgico para o feminismo no período. A ideia de que existiam diferenças marcantes entre mulheres era uma pauta compreendida, consolidada e exposta por meio dos periódicos analisados. O grande desafio estava nas tentativas de concretizar uma luta conjunta, que pudesse homogeneizar a ação política dessas mulheres, sem que as diferenças entre elas criassem aspectos de desigualdade.

O *Brasil Mulher* (1980), ao noticiar o II Encontro da Mulher Paulista, evidencia o fato de que mais de quarenta e cinco tipos de organizações políticas de mulheres estavam presentes e atuando no referido encontro. No entanto, nem todas essas mulheres se identificavam com o feminismo, fazendo com que seus propósitos de lutas não partissem do pressuposto inicial que as discriminações das mulheres ocorriam em todos os espaços da sociedade. A formação dessa consciência, era percebida como de extrema importância para unificar a ideia de tornar as mulheres sujeitas de sua própria história.

Entendemos que o 2º Congresso deve incentivar a continuidade e ampliação da organização das mulheres nos diferentes lugares de moradia e de trabalho, assim como de associações no caso das atividades onde a mulher é majoritária (empregadas domésticas, prostitutas). Ao mesmo tempo é imprescindível estimular junto a estes

grupos, o aprofundamento da problemática de fundo que determina o Movimento de Mulheres: sua opressão específica enquanto mulher. (BRASIL MULHER, 1980, número especial, p. 4)

Esse tema, inclusive foi pauta do VIII Encontro Feminista, em 1986, que aconteceu em Petrópolis-RJ. Sonia Malheiros Miguel (1986), escreve uma coluna no *Mulherio*, fazendo uma crítica de como os pressupostos de solidariedade no feminismo não conseguiam abarcar politicamente as diferenças de uma forma que não as hierarquizasse, “que na verdade, apesar de se defender a diversidade e o direito a diferença, na prática muitas vezes se tenta impor posições e visões acerca do que é feminismo e do que é ser feminista” (MIGUEL, 1986, nº 26, p. 18).

As feministas, ancoradas no paradigma marxista e socialista, eram obrigadas a olhar para o trabalho doméstico remunerado. De acordo com Luiza Bairros (1995), o feminismo socialista oferecia a alternativa para o entendimento da interseção entre gênero, raça e classe, mas privilegiava a ideia de “experiência” como o principal meio de definir a opressão. Contudo, a aceitação de que existiam grupos mais discriminados que outros não foi capaz oferecer um propósito de luta que cobrisse com as lacunas dessas diferenciações (BAIROS, 1995).

Essas mesmas feministas, quando patroas, não conseguiram diluir o fato de que as diferenças entre mulheres resultassem em desigualdades entre elas. Esse fato não necessariamente tornava suas lutas incoerentes, mas sobretudo demonstravam que os limites de classe estabeleciam fronteiras explícitas aos anseios políticos mais amplos feministas. Talvez a inserção dessas trabalhadoras na luta feminista dialogue com o que Mariza Athayde de Figueiredo (2008) apontou como um dos desafios naquele momento: saber a dosagem correta para se identificarem como oprimidas sem pertencer ao proletariado.

É importante dizer que o “desfecho” dessas tentativas de conjunção política foram, igualmente, visualizadas no processo de retomada democrática, em que diversos movimentos sociais passam a se institucionalizar (ALVAREZ, 2000) e pressionar o Estado para a formulação da Constituinte de 1988.

FEMINISMO, TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E CONSTITUINTE DE 1988

O movimento feminista brasileiro toma seus primeiros passos de institucionalização por meio do CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) em 1985, assim como a criação

do “*lobby do batom*” em 1988, com o objetivo de pressionar o Congresso Nacional a aprovar as medidas que tinham considerado de suma importância para as mulheres, no contexto de retomada democrática no país (SHUMAER; VARGAS, 1993; PITANGUY, 2008; MACHADO, 2016).

O CNDM logo lança, como uma de suas primeiras ações, o slogan “Constituinte para Valer tem que ter Palavra de Mulher” e a formulação de uma carta – “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes” –, com as principais demandas do movimento feminista e dos movimentos de mulheres, que foi entregue no Congresso Nacional em 1987, pelas mãos Jacqueline Pitanguy e de mais de cem mulheres ali reunidas, incluindo as trabalhadoras domésticas remuneradas (FONTES *et al.*, 2018; PITANGUY, 2019). Dentre essas reivindicações, destacamos:

Eis que nós, mulheres, reunidas num Encontro Nacional, no dia 26 de agosto de 1986, queremos:
[...]
II – Reivindicações específicas
Trabalho
A legislação trabalhista usando por base o princípio constitucional de isonomia deve garantir:
1-Salário igual para trabalho igual;
2-Igualdade no acesso ao mercado de trabalho e na ascensão profissional;
3-Extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários de forma plena às empregadas domésticas e às trabalhadoras rurais; (CARTA..., 1987, p. 3, grifos meus).

A inclusão da ampliação de direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas remuneradas demonstra a característica analisada, ao longo do artigo, em relação às aspirações de tentar conjugar as diversas lutas elencadas pelas mulheres em uma pauta feminista, desde a igualdade salarial até as demandas específicas de determinada categoria profissional. A construção dessa carta é o resultado de diversos encontros dos movimentos feministas com os movimentos de mulheres populares, o que é demonstrado por meio dos jornais selecionados.

O *Mulherio* é o que mais retrata essas ações políticas, pois este periódico foi o único que manteve suas publicações até o final dos anos 1980. As matérias e reportagens também publicavam a candidatura de mulheres e suas pautas políticas nesse processo de redemocratização. Nesse sentido, Benedita da Silva, que se elegeu como deputada federal pelo PT, era considerada por esses periódicos a voz das mulheres negras e das trabalhadoras que estavam inseridas em trabalhos precários: “quero fazer a defesa das minorias que representam a maioria da classe trabalhadora, enfatiza ela” (MULHERIO, 1987, nº 27, p. 11).

A Constituição de 1988 ampliou consideravelmente os direitos trabalhistas para a categoria profissional de trabalhadoras domésticas remuneradas, mas não garantiu a sua igualdade

com demais trabalhadores/as brasileiros/as. Os direitos conquistados foram: o salário mínimo fixo, irredutibilidade salarial (salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo), décimo terceiro salário (com base na remuneração integral), repouso semanal remunerado e em feriados civis e religiosos, licença maternidade de 120 dias, aviso prévio e férias anuais de 30 dias com acréscimo de 1/3 do salário, aposentadoria (BRASIL, 1988). Não foram incluídos direitos como FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e a definição da jornada de trabalho, por exemplo. Isso significa dizer que a ocupação profissional que mais empregava mulheres no país não teve suas demandas de igualdade asseguradas pelo Estado, nem mediante suas intensas lutas, nem mediante conjunção do movimento feminista e do movimento de mulheres lutando por esta.

Isso pode demonstrar, talvez, o maior o “ruído” da luta feminista em relação ao trabalho doméstico remunerado. Se ao longo dos anos 1970 e 1980 existia a compreensão das diferenças entre mulheres, que suas posições na função de empregadoras eram problematizadas e havia esforço para garantir um diálogo com o movimento organizado de trabalhadoras domésticas remuneradas, a forma incompleta como a constituição de direitos trabalhistas se estabeleceu, nos indicam uma nova questão empírica relaciona aos encontros e desencontros do movimento feminista com seus próprios limites de classe. Não estamos considerando que a inequidade de direitos para essa categoria profissional seja “culpa” do movimento feminista, nem partimos da compreensão de que o feminismo tinha um poder de transformação social tão forte e ampliado. Mas, a partir desse dado, novas interrogações são passíveis de formulação: como os limites de classe refletem nas negociações e ambivalências do movimento feminista, perante os processos democráticos de garantias de direitos? E quais seriam seus reflexos para o feminismo estatal brasileiro?

Nesse sentido, apontamos também como caminhos de novas pesquisas os anos de fortalecimento do “feminismo de Estado”, principalmente por intermédio da SPM (Secretaria Especial de Política para as Mulheres) durante os anos de governo do PT (2003-2011). A SPM esteve presente em políticas e negociações com o movimento de trabalhadoras domésticas remuneradas nas ações de aprovação e concretização da Lei Complementar nº 150/2015, mais conhecida como “PEC das Domésticas”, que trouxe a igualdade de direitos para essa categoria profissional. Essa experiência trouxe novas formas de pensar as relações de classe dentro do feminismo ou novas formas de concretizar conjunções políticas?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar como o movimento feminista desenvolveu reflexões, articulações e ações políticas relacionadas ao trabalho doméstico remunerado, considerando sua histórica crítica em relação a essa contratação. Os jornais selecionados para análise, *Nós Mulheres*, *Brasil Mulher* e *Mulherio*, continham um conteúdo considerável de publicações, que abordavam o tema por intermédio da condição precária que esse trabalho se estruturava no país, das desigualdades raciais que o marcavam, das violências e humilhações que essas trabalhadoras sofriam na relação cotidiana com suas empregadoras. Da mesma forma, esses periódicos nos apresentam um material muito rico sobre as tentativas de conjunção política entre o movimento feminista e o movimento organizado de trabalhadoras domésticas remuneradas.

Essas publicações também nos apontam para um dado um tanto quanto inspirador, ao pensar o movimento feminista brasileiro e seus possíveis limites políticos. A sua incoerência, assinalada muitas vezes, pelo fato de suas militantes serem igualmente “patroas”, não reflete na invisibilidade sobre esse tema, tampouco em termos de autocrítica. As feministas sabiam e publicavam sobre suas contradições ao se verem como empregadoras. O que esse artigo nos aponta é que o anseio de tentar conjugar essas lutas foi permeado por contrapontos, contradições e desconfianças. Além disso, a não concretização de igualdade de direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas remuneradas nos indicam um “ruído” que essas contradições anunciam, reverberando em novas interrogações sobre os alcances políticos do feminismo no Brasil.

REFERÊNCIAS

1. ABREU, Maira. *Nosotras: feminismo latino americano em Paris*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, n. 21, p. 553-72, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200007>. Acesso em: 23 set. 2021.
2. ALVAREZ, Sonia. A “Globalizacao” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2000. p. 383-426.
3. BAIROS, Luiza. A mulher negra e o feminismo. In: COSTA, Alice Alcantara;

- SANDERBERG, Cecília Maria (org.). **O feminismo no Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador, BA: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. p. 139-146.
4. BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, n. 3, p. 458-463, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Acesso em: 21 set. 2021.
 5. BERNADINO-COSTA, Joaze. **Saberes subalternos e decolonialidade**: os sindicatos de trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília, DF: Editora UnB, 2015. 270 p.
 6. BLAY, Eva. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, n. 9, p. 601-7, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200016>. Acesso: 23 set. 2021.
 7. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
 8. BRASIL. **Lei n. 5.589, de 11 de dezembro de 1972**. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. Brasília, DF: [s.n.], 1972.
 9. BRUSCHINI, Cristina. Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher (1975-1985). In: CARVALHO, Nanci Valadares de. (org.). **A condição feminina**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1988. p. 124-42.
 10. CARDOSO, Dulce Pereira. Mulher negra: e nós, aonde vamos? “Mesmo quem conhece Bertha Lutz, sabe quem é Luiza Mahin? **Mulherio**, São Paulo, ano 3, p. 8-9, jul./ago. 1983. Disponível em: https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/arquivo/III_14_1983menor.pdf. Acesso em: 18 set. 2021.
 11. CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Estudos Feministas**, n. 12, número especial, Florianópolis, SC, p. 37-55, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300004>. Acesso em: 23 set. 2021.
 12. CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça na sociedade brasileira. In: CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. p. 151-84.
 13. CARNEIRO, Sueli. Sueli Carneiro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 453-460.
 14. CARTA das mulheres brasileiras aos constituintes. [S.l.: s.n.], 1987.
 15. CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 0, p. 57-73, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Acesso em: 23 set. 2021.
 16. COSTA, Albertina de Oliveira. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação. In: COSTA, Alice Alcantara; SANDERBERG, Cecília Maria (org.). **O**

- feminismo no Brasil:** reflexões teóricas e perspectivas. Salvador, BA: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. p. 69-98.
17. COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 54, p. 5-15, 1985. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1389>. Acesso em: 23 set.2021.
 18. DEBÉRTOLIS, Karen Silvia. **Brasil mulher:** Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista. 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2002.
 19. FARIAS, Zaíra Ary. **Domesticidade:** “cativeiro” feminino? Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 1983. 150 p.
 20. FIGUEIREDO, Mariza de Athayde. A evolução do feminismo. In: COSTA, Alice Alcantara; SANDERBERG, Cecília Maria (org.). **O feminismo no Brasil:** reflexões teóricas e perspectivas. Salvador, BA: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. p. 51-68.
 21. FONTES, P. *et al.* “Eu tinha minha liberdade”: entrevista de Nair Jane de Castro Lima, liderança histórica das trabalhadoras domésticas do Rio de Janeiro. **Revista Mundos Do Trabalho**, n. 10, p. 167-189, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2018v10n20p167>. Acesso em: 23 set. 2021.
 22. FREITAS, Viviane Gonçalves. **De qual feminismo estamos falando?:** desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.
 23. FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal “Mulherio” e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **História, histórias**, Brasília, DF, n. 2, p. 149-66, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/hh.v2i4.10815>. Acesso em: 24 set. 2021.
 24. GONZALEZ, Leila. Mulher negra. **Mulherio**, São Paulo, n. 3, p. 8-9, 1981. Disponível em: https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/arquivo/I_3_1981menor.pdf. Acesso em: 24 set. 2021.
 25. GONZALEZ, Leila. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, DF, n. 2, p. 223-44, 1983.
 26. KOFES, Suelo. **Mulher, mulheres:** identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. 469 p.
 27. KUCINSK, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo: Scritta Editorial, 1991. 399 p.
 28. LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil mulher e nós mulheres: origens da imprensa

- feminista brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, n. 11, p. 234-41, 2003.
29. MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado: contextos e incertezas. **Cadernos Pagu**, n. 47, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201600470001>. Acesso: 23 set. 2021.
30. MIGUEL, Sonia Malheiros. Feminismo: um olhar para dentro. **Mulherio**, São Paulo, p. 18, 1986. Disponível em: https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/arquivo/VI_26_1986menor.pdf. Acesso em: 24 set. 2021.
31. MORAES, Maria Lygia Quartim de. **A experiência feminista nos anos setenta**. São Paulo: Unesp Araraquara, 1990.
32. MOTTA, Alda Britto da. **Visão de mundo da empregada doméstica: um estudo de caso**. 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977.
33. MULHERIO. **Encontro do Nordeste**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 4, p. 6, 1981. Disponível em: https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/arquivo/I_4_1981menor.pdf. Acesso em: 24 set. 2021.
34. MULHERIO. **Publicações**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 7, p. 23, 1982. Disponível em: https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/arquivo/II_7_1982menor.pdf. Acesso em: 24 set. 2021
35. MULHERIO. **Encontro Feminista em busca de abertura**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 33, p. 9, 1987. Disponível em: https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/arquivo/VII_33_1987menor.pdf. Acesso em: 24 set. 2021.
36. MULHERIO. **A Nova Cara da Constituinte**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 27, p. 11, 1987. Disponível em: https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/arquivo/VII_33_1987menor.pdf. Acesso em: 24 set. 2021.
37. NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. **Jornal Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 126-9, 1976.
38. NÓS MULHERES. **Editorial**. São Paulo: Associação das Mulheres em São Paulo, 1976.
39. PAPADIUK, Barbara; SCHIMITT, Elaine; WOITOWICZ, Janz. Luta e resistência política: a imprensa feminista brasileira nos anos 1970 e 80. *In*: WOLFF, Cristina; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia (org.). **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1965-1985)**. Curitiba, PR: Apriss, 2019. p. 56-74.
40. PEREIRA DE MELO, Hildete. Feministas y empleadas domésticas en Rio de Janeiro. *In*: CHANEY, Elsa; GARCIA CASTRO, Mary (org.). **Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe**. Venezuela: Ed. EPU, 1999. p. 215-234.
41. PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. **Tempo Social**, São Paulo, n. 2,

- p. 7-33, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v2i2.84798>. Acesso: 23 set. 2021.
42. PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p.
43. PITANGUY, Jacqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 81-98.
44. PITANGUY, Jacqueline. Feminismo e Estado: a experiência do CNDM. *In*: COSTA, A. A.; SANDERBERG, C. M. B. (orgs.). **O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador, BA: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. p. 111-38.
45. RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, Campinas, SP, n. 2, p. 11-43, 1996.
46. RONCADOR, Sonia. **A doméstica imaginária: leitura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)**. Brasília, DF: Editora UNB, 2008. 256 p.
47. SAFFIOTI, Heleieth Iara. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978. 197 p.
48. SARTI, Cynthia Anderson. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA, 21., 1998. **Anais [...]**. Chicago: [s.n.], 24-26 set. 1998.
49. SHUMAER, Maria Aparecida; VARGAS, Elisabeth. Lugar no governo: álibi ou conquista? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, n. 1, p. 348-64, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Acesso em: 23 set. 2021.
50. SILVA, Cidinha da. De onde viemos: aproximações de uma memória. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 252-60.
51. SILVA, Tuana Oliveira Gomes; WOLFF, Cristina Sheibe. O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). **Cadernos Pagu**, n. 55, p. 1-33, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201900550012>. Acesso em: 23 set. 2021.
52. SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 123-8, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100009>. Acesso em: 23 set. 2021.
53. SOUZA, Maria Tereza de. Elas estão de olho na tal abolição. **Mulherio**, São Paulo, n. 39, p. 17, 1988. Disponível em: https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/arquivo/IV_17_1984menor.pdf. Acesso em: 24 set. 2021.

54. TAMIÃO, J. S. **Escritas feministas**: os jornais Brasil mulher, nós mulheres e mulherio (1975-1988). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
55. TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da Guerrilha a imprensa feminista**: a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermédios, 2013. 312 p.

Thays Almeida Monticelli

Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Núcleo de Estudos em Sexualidade e Gênero. Doutora e Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5978-5733>. E-mail: tamonticelli@gmail.com